PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. ZÉ VITOR)

Modifica a Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, determinando que a exibição de filmes com classificação indicativa de até 12 anos de idade, em salas de cinema, seja precedida da divulgação de mensagem de advertência contra a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, que "Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias", passa a vigorar aditada dos seguintes arts. 2º-A e 4º-A:

"Art. 2°-A A exibição de filmes com classificação indicativa de até 12 anos de idade, em salas de cinema, deverá ser precedida da divulgação da mensagem de que trata o § 2° do art. 2°.

Parágrafo único. A mensagem deverá ser exibida de forma destacada e acompanhada de informações sobre números telefônicos e outros canais de atendimento mantidos pelo Poder Público por meio dos quais qualquer pessoa, sem necessidade de identificação, poderá fazer denúncias acerca das práticas consideradas crimes pela legislação brasileira.

Art. 4°-A O descumprimento do disposto nesta	l ei
sujeitará o infrator a multa de até R\$ 10.000,00 (dez mil re	
que será dobrada em caso de reincidência.	,
" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente representou um marco nas políticas públicas de combate à exploração sexual de menores no Brasil, ao estabelecer rigorosas penas para condutas que atentem contra a integridade física e mental de nossas crianças. Em sequência à promulgação dessa lei, iniciou-se a construção de todo um aparato jurídico e institucional de combate aos atos de violência infantil, inclusive mediante a introdução de outras normas de proteção às crianças e adolescentes.

Em alinhamento a essa política, em 2007 o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 11.577, que tinha por objetivo obrigar hotéis, bares e clubes, entre outros estabelecimentos do ramo do lazer e entretenimento, a afixarem, em suas dependências, letreiros de alerta contra a exploração sexual e o tráfico infantil. A mesma norma também determinou que os materiais de propaganda e informação turística publicados em meios digitais devem conter menção expressa aos crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

No entanto, essa lei não estendeu a obrigação da divulgação das mensagens de advertência às salas de cinema em operação no Brasil. Essa omissão da legislação desconsidera a importância do cinema como vetor de democratização do acesso à cultura e à informação no País, fartamente demonstrada pelas estatísticas do segmento. De acordo com dados publicados pela Ancine, em 2019 a bilheteria das salas de cinema no Brasil atingiu a expressiva marca de 176 milhões de ingressos comercializados, número que expressa a dimensão do público que usufrui dos serviços prestados pelas empresas do setor¹.

O presente projeto pretende suprir essa lacuna da legislação em vigor, ao propor a instituição de dispositivo legal determinando a exibição, antes do início de cada sessão de cinema, com classificação indicativa até 12 anos de idade, de mensagem de alerta contra a exploração de menores. A intenção da medida é complementar a Lei nº 11.577/07, ao incluir as mais de





3.500 salas de cinema brasileiras no esforço de conscientização da população sobre a necessidade do combate e da repressão aos abusos praticados contra crianças e adolescentes no País.

Considerando a relevância da matéria, solicitamos o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado ZÉ VITOR



